

POR
ANDRÉ SOUZA

Érika(PSOL) e Bilynskyj(PL) na mira do Conselho de Ética

Conselho de Ética avalia processos contra deputados paulistas

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados se reúne nesta terça-feira(30), às 11h, para analisar pareceres preliminares de quatro representações contra deputados federais de São Paulo. A primeira delas tem como alvo Erika Hilton (PSOL). O partido Missão entrou com representação contra a deputada devido a uma publicação nas redes sociais considerada ofensiva a mulheres cisgênero. A segunda representação foi apresentada pelo PSOL contra o deputado Paulo Bilynskyj(PL), por suposta quebra de decoro na condução dos trabalhos da Comissão de Segurança Pública, com acusações de desrespeito a parlamentares da oposição, interrupções de falas e violência política de gênero. A reunião desta terça(30) poderá definir o prosseguimento dos processos no colegiado e o eventual andamento das representações no âmbito do Conselho de Ética.

Debate sobre registro na Educação Física

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados realiza, na próxima terça-feira (30), audiência pública para debater o PL 2.062/2023, que dispensa o registro nos Conselhos Regionais de Educação Física para docentes da educação básica e superior. A proposta, de autoria da deputada Professora Luciene Cavalcante (PSOL-SP), busca alinhar a exigência profissional à Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O debate reunirá representantes do MEC, CBCE, professores, sindicatos e do Ministério Público Federal.



Deputada Luciene Cavalcanti (PSOL) é autora de projeto

83,3 % dos municípios com problemas de lixo

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) encontrou aterros irregulares e falhas severas na gestão de resíduos sólidos em 83,33% dos locais vistoriados. Auditores mapearam a infraestrutura de tratamento e destinação de lixo urbano em 203 municípios do estado. A chamada 3ª Fiscalização Ordenada de 2026 mostrou um cenário crônico de descarte clandestino que atinge 67% das cidades avaliadas, englobando polos econômicos e populacionais do Grande ABC. A Corte vai realizar live na quarta-feira(1º) para detalhar a fiscalização.

Cadastro no Sinir obrigatório para catadores

Organizações de catadores que atuam na logística reversa são obrigadas a realizar cadastro no Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir). A exigência, prevista no Decreto nº 10.936/2022 e regulamentada por portaria do Ministério do Meio Ambiente, é condição para participação em programas de logística reversa e busca fortalecer a inclusão produtiva, a reciclagem e a gestão adequada dos resíduos sólidos.

LDO 2027 na Alesp

Após duas suspensões, a reunião da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Alesp para analisar o projeto da LDO 2027 do Estado deverá ser retomada nesta próxima terça-feira (30), às 14h. O projeto estabelece as diretrizes para o orçamento estadual de 2027, estimado em R\$ 368,4 bilhões. A expectativa é que o texto também seja votado em Plenário nesta semana.

CPI dos Lixões

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Lixões também tem reunião agendada para esta terça-feira(30), às 10h, na Alesp. Essa CPI foi instaurada para investigar, mapear e aferir a situação dos lixões, aterros controlados e aterros sanitários no Estado. A comissão é presidida pelo deputado Carlão Pignatari(PSDB) e relatada pelo deputado Thiago Auricchio(PL).

“Etecs e Fatecs precárias”

O pré-candidato ao governo de São Paulo, Fernando Haddad(PT), criticou a infraestrutura das Etecs e Fatecs estaduais e defendeu uma ampla reforma inspirada no modelo dos Institutos Federais. Segundo ele, as unidades enfrentam precariedade e precisam de investimentos para alcançar um padrão de excelência. A proposta integra seu plano para a Educação.

Inaugurações

O pré-candidato à reeleição ao Governo de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), cumpre agenda nesta terça-feira (30) na capital. Ele inaugura a estação Washington Luís da Linha 17-Ouro do Metrô, a nova sede do 7º Batalhão de Ações Especiais de Polícia (Baep) e entrega 222 apartamentos do programa Casa Paulista, na Mooca.

Publicação discriminatória

O MP-SP ajuizou ação civil pública contra um influenciador por publicações consideradas discriminatórias contra pessoas em situação de pobreza. Ele postou vídeo dizendo “que pobre não deveria votar”. O MPSP pede indenização de R\$ 300 mil, retirada do perfil e das postagens do Instagram, além de curso sobre inclusão social.

278 celulares irregulares

Uma fiscalização do Tático Ostensivo Rodoviário (TOR), da Polícia Militar Rodoviária, resultou na apreensão de 278 aparelhos celulares sem documentação fiscal, avaliados em aproximadamente R\$ 600 mil. O flagrante aconteceu na Rodovia Raposo Tavares (SP-270), em Angatuba, no interior de São Paulo, nesta segunda-feira (29).



Ministro citou que normas em vigor não são suficientes para prevenir abusos

STJ exige regras para atuação da PM de SP em manifestações

Estado terá de apresentar plano de uso da força em até 60 dias

Da Redação

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou que o Estado de São Paulo elabore um protocolo para orientar a atuação da Polícia Militar em manifestações públicas. A decisão foi tomada pela Primeira Turma da Corte, que deu provimento a um recurso da Defensoria Pública do Estado e estabeleceu que o governo apresente o plano em até 60 dias corridos após a conclusão de um diagnóstico inicial. O documento será submetido ao juízo responsável pela execução da decisão, que deverá aprová-lo e acompanhar sua implementação.

Entre as diretrizes definidas pelo tribunal está a proibição do uso de armas de fogo durante manifestações, salvo nas hipóteses previstas em lei. O protocolo também deverá estabelecer critérios para o emprego progressivo e proporcional da força, além de procedimentos voltados à prevenção de abusos e ao respeito aos direitos fundamentais dos manifestantes.

A ação civil pública foi proposta pela Defensoria Pública com base em relatos de ocorrências registradas em manifestações entre 2011 e 2013. Segundo a DP, houve casos de detenções consideradas indevidas, uso excessivo da força,

lançamento de bombas de efeito moral e disparos de balas de borracha sem justificativa.

Ao analisar o caso, o Tribunal de Justiça de São Paulo havia entendido que a elaboração de protocolos para a atuação policial seria uma atribuição do Poder Executivo, sem espaço para intervenção do Judiciário. A Primeira Turma do STJ, entretanto, concluiu que a atuação judicial é cabível diante da ausência de regulamentação adequada e de mecanismos suficientes para controlar eventuais excessos praticados durante operações policiais em manifestações.

Relator do processo, o ministro Paulo Sérgio Domingues afirmou que o objetivo da decisão não é impedir a atuação das forças de segurança, mas estabelecer parâmetros para orientar a ação policial com o direito constitucional de reunião e manifestação pacífica. Para ele, as normas atualmente em vigor não são suficientes para prevenir abusos nem garantir transparência e responsabilização. A decisão ainda destaca que “o problema possui caráter estrutural e demanda mudanças organizacionais, normativas e operacionais, acompanhadas pelo Poder Judiciário, com participação da sociedade”.

O Correio da Manhã aguarda o posicionamento do Estado.